

MÁRCIO CAMMAROSANO

Mestre e doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP - COGEAE. É Chefe do Departamento de Direito Público da PUC/SP. Presidente do Conselho Curador da Escola Superior de Advocacia - ESA - OAB/SP. Presidente e membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito do Estado- IBDE. É membro fundador do Instituto de Direito Administrativo Paulista - IDAP. É membro do Instituto dos Advogados de São Paulo. É membro fundador da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas. Presidente e membro fundador do Instituto Nacional de Direito Público - INDIP. Foi Procurador da Prefeitura Municipal de Santo André, por concurso público em que obteve o 1ª lugar. Foi Conselheiro da OAB, Seccional de São Paulo. Publicou inúmeros artigos em revistas especializadas. É advogado militante em São Paulo.

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA MORALIDADE E O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

Editora Fórum

Belo Horizonte, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C184p Cammarosano, Márcio

O princípio constitucional da moralidade e o exercício da função administrativa/ Márcio Cammarosano. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

144 p.

ISBN 85-7700-016-8

1. Direito administrativo. 2. Moralidade administrativa. 3. Função administrativa. 4. Administração pública. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342.9 (81)

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CAMMAROSANO, Márcio. O princípio constitucional da moralidade e o exercício da função administrativa. Belo Horizonte: Fórum, 2006. 144 p. ISBN 85-7700-016-8.

SUMÁRIO

Nota do Autor	13
Prefácio	
Celso Antônio Bandeira de Mello	15
Introdução	17
<i>Capítulo 1</i>	
Aproximação do Tema: Primeiras Dúvidas, Antinomia Possível entre Normas Jurídicas e Morais, a Relatividade da Moral	21
<i>Capítulo 2</i>	
Segurança Jurídica	33
<i>Capítulo 3</i>	
Necessidade de Distinção entre Direito e Moral	39
<i>Capítulo 4</i>	
Moral e Costume-A Ética	45
<i>Capítulo 5</i>	
Direito e Justiça	51
<i>Capítulo 6</i>	
Justiça Alternativa	57
Primeira Síntese Conclusiva	63
<i>Capítulo 7</i>	
O Princípio da Moralidade Administrativa e sua Referibilidade ao Próprio Direito	65
<i>Capítulo 8</i>	
Princípio da Moralidade Administrativa e Valores Juridicizados	77
<i>Capítulo 9</i>	
Moralidade Administrativa na Constituição de	88
Um Novo Sentido para um Velho Conceito	85
<i>Capítulo 10</i>	
Moralidade Administrativa; Intenção Viciada; Vinculação e Discricionariedade; Gradação do Repúdio da Ordem Jurídica	

Localização: 35:34(81)

C184p

Código de barras: STJ00065930

à Invalidade; Moralidade e Probidade	95
<i>Conclusão</i>	
Conceito de Moralidade Administrativa	111
Referências	117
ANEXOS	121
ANEXO A Lei nº 4.717, de 29 de Junho de 1965	123
ANEXO B Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992	131
Índice	141